

Veto Total nº 036/15



AO EXPEDIENTE

29 SET 2015

Presidente

Recebido, Autue-se e Inclua em pauta.

29 SET 2015

1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

29 SET 2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Protocolo: 049/15

Processo: 049/15

MENSAGEM N. 192, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:



Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Disciplina sobre o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 189/2015-ALE, de 9 de setembro de 2015.

Senhores Deputados, embora a referida matéria, em um primeiro momento, por análise sumária e precária, sinalize natureza de mera discricionariedade administrativa, em verdade, reveste-se com a essência latente de jurisdição do Direito do Consumidor.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 24, inciso VIII, elenca a competência da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre Direito do Consumidor, contudo, no mesmo artigo, em seus §§ 1º e 2º, confere à União competência para estabelecer normas gerais para legislar sobre produção e consumo, habilitando os Estados e o Distrito Federal a editarem normas sobre o tema, de forma suplementar.

Nesse contexto, é indisputável que a matéria a qual a Assembleia Legislativa pretende regular prescinde de complemento normativo, não somente pelo que explicita o texto da Constituição Federal, mas, principalmente, pelo que já dispõe o Código de Defesa do Consumidor.

O presente Autógrafo dispõe sobre as formas de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores em cadastros negativos, matéria de competência exclusiva, por ordem constitucional, da União Federal.

A inconstitucionalidade do Projeto de Lei, nesse viés, mostra-se incontestado por explícita invasão de competência legislativa da União. As normas editadas pela União são de observância obrigatória, não podendo ser suplementadas pelos Estados com legislação inovadora ou conflituosa, visto que as normas de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores em cadastros detêm repercussão nacional, não sobressaindo regras de peculiaridades locais.

O artigo 43, do Código de Defesa do Consumidor, e parágrafos, contêm normas gerais sobre a forma de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores em cadastros de proteção ao crédito, advindo da atribuição constitucional da União Federal, com regras distintas do referido Autógrafo.

O artigo 1º do Autógrafo contraria o disposto no § 2º, do artigo 43, do Código de Defesa do Consumidor, bem como a Súmula n. 359, do STJ, que ressalta que “Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.”

Destaca-se que o Código de Defesa do Consumidor não contém exceções quanto a obrigatoriedade da prévia comunicação do devedor acerca da inclusão de apontamento negativo em seu nome.

Portanto, não pode a legislação estadual inovar e criar regras não previstas nas normas de caráter geral, mormente, se a norma causará prejuízos aos consumidores.

[Assinatura]





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Caso se arbitre entendimento diverso, caracterizará burla a importantes premissas constitucionais no que diz respeito à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Registra-se, oportunamente, a existência da Lei 12.414, de 2011, oriunda da União Federal, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

Ressalta-se, novamente, que a minuta em comento se dedica, especialmente, inclusão do nome de devedores em banco de dados ou nos cadastros de restrição ao crédito sem a sua ciência prévia em caso de protesto anterior ou cobrança judicial anterior, fere disposições expressas no Código de Defesa do Consumidor, que não admite a inclusão de nomes nos cadastros de inadimplentes sem que haja comunicação anterior.

Ante o exposto, e analisando o texto do Projeto de Lei contestado, outra medida não cabe a esta Digna Casa Legislativa, senão reconhecer que o mesmo trata de matéria de competência do Poder Executivo.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador